



BILÍNGUISMO PEDAGÓGICO PARA SURDOS – POR QUE ESSA IDEIA É TÃO DEFENDIDA ENTRE A COMUNIDADE SURDA?

Anderson Rafael Siqueira Nascimento¹; Marcia Maria Previato de Souza²; Ricardo Ernani Sander³.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar o bilinguismo pedagógico para surdos, sua origem, as expectativas da comunidade Surda em relação a essa política. Uma pesquisa de campo realizada no Colégio Estadual para Surdos em Londrina, norte do Paraná, desnuda tanto a visão de alunos surdos, bem como de professores, surdos e ouvintes sobre como o processo está acontecendo no estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVES: Bilinguismo Legal, Bilinguismo para Surdos, Escolas Bilíngues.

ABSTRACT: This paper aims to present the pedagogical bilingualism for deaf, their origin, the expectations of the Deaf community in relation to this policy. A survey conducted in State High School of Deaf in Londrina, Parana northward, lay bare both the vision of deaf students as well as teachers, deaf and hearing about how the process is going on in the state of Paraná.

Key-words: Bilingualism for Deaf, Bilingualism Legal, Schools Bilingual.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de entender o porquê a comunidade surda tem se esforçado e lutado para defender o bilinguismo pedagógico foi a força motriz nesta investigação. Não raro, viu-se em redes sociais, e ou nas rodas de surdos que atuam na educação, uma bandeira, uma luta: Educação Bilíngue para Surdos, eu apoio. Isso causou estranheza, porque essa política estava tão amplamente defendida, qual a realidade no estado do Paraná? Essa pesquisa buscou na literatura as respostas científicas a essas indagações, mas foi além, chegou a campo, em uma escola para surdos, e de lá buscou as impressões reais dessa política, bem como a prática observada na escola. Verá como alunos e professores surdos se expressam sobre isso, seus sentimentos e expectativas, a visão dos professores ouvintes. Os pontos comuns. Os caminhos percorridos, bem como os caminhos que há pela frente.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 BILÍNGUISMO PEDAGÓGICO – A ESPERANÇA EDUCACIONAL PARA SURDOS

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Maringá – Cesumar, Maringá – Paraná. Programa de Iniciação Científica do Cesumar (PICC). nascimento.a.r.s@gmail.com

² Orientadora e docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Maringá – Cesumar, Maringá – Paraná. marciapreviato@cesumar.br

³ Co-Orientador e docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. ricsander@uol.com.br

Pesquisas recentes apontam o bilinguismo pedagógico para os surdos como o melhor caminho para o avanço na educação destes. Lima cita Brito como sendo a pioneira no Brasil a apresentar a proposta bilíngue para surdos com argumentos convincentes. Segundo Brito *“O bilingüismo é a única solução para o surdo brasileiro... E o bilingüismo implica na aceitação sem restrições da LSCB⁴”*.

Como definem os autores atualmente o bilinguismo pedagógico? Para Capovilla e Raphael (2008, p.293) bilinguismo é uma

“filosofia educacional para os surdos que propõe o ensino primeiramente da língua de sinais da comunidade em que vive o surdo e, em seguida, da leitura e da escrita alfabética faladas do país em que vive o surdo”.

Essa proposta educacional vem sendo amplamente discutida e defendida pela comunidade surda, e de fato tem razão de ser. A proposta bilíngue carrega consigo a valorização da língua de sinais, bem como incentiva a identificação entre seus pares. O adulto surdo como referencial de identidade para a criança surda. Nessa mesma linha Kabaski e Moraes (2009 p.3415) afirmam:

“O bilinguismo permite que, dada a relação entre o adulto e a criança, esta possa construir uma auto-imagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. A proposta bilíngue possibilita ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, escolhendo a qual irá utilizar em cada situação linguística.”

Com o exposto, não há dúvida de que essa relação contribui para a formação do sujeito surdo, não apenas em nível linguístico, como também, no lado emocional, afetivo e cognitivo.

Para Kubaski e Moraes (2009) o professor deve lançar mão de estímulos visuais para que as crianças se aproximem de todos os conceitos.

O bilinguismo valoriza o conhecimento científico, dando ao aluno condições para seu desenvolvimento cognitivo e em meio a esse processo seu próprio desenvolvimento linguístico.

Lima (2005) explica o porquê de o bilinguismo estar tomando força progressivamente:

“A educação bilíngue para o surdo despontou no cenário educacional como uma abordagem que visa não somente modificar a escolarização para surdos que era norteadada pelo visível fracasso escolar, mas também para ir de encontro às práticas pedagógicas assumidas em abordagens educacionais anteriores que permearam (e de certa forma ainda permeiam) a educação de surdos (oralismo e comunicação total). Dito de outro modo, como uma "salvadora da pátria" que seja capaz de minorar as dificuldades escolares vivenciadas pelos alunos surdos, sobretudo, na aquisição da língua portuguesa, em sala de aula.”

Se o bilinguismo, enquanto proposta educacional aparece como “salvadora da pátria” conforme Lima, e desde a década de 1980 vê-se movimentos nessa direção, quais os avanços detectados e quais os problemas identificados? Uma análise nas entrevistas

⁴ Naquela época, a língua de sinais era chamada de Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB), como uma maneira de diferenciá-la da língua de sinais utilizada entre surdos e ouvintes da comunidade indígena Urubu-Kaapor, que vivem nas proximidades do Rio Gurupi, no Estado do Maranhão. A língua de sinais indígena brasileira é denominada como LSKB – Língua de Sinais Urubu-Kaapor, enquanto que a LSCB, atualmente é denominada Libras – Língua brasileira de sinais.

realizadas em Colégio Estadual para Surdos desvelará alguns fatos.

2.2 BILINGUISMO PEDAGÓGICO – DESVELANDO A REALIDADE

Com o objetivo de perceber, dentro da escola de surdos a realidade fizemos uma pesquisa de campo com três professores ouvintes e dois professores surdos de um Colégio Estadual para Surdos localizado em Londrina, estado do Paraná. A pesquisa revelou que todos tem conhecimento do que significa a proposta bilíngue pedagógica. No entanto quando questionados sobre se consideravam o colégio que atuavam como bilíngue as respostas não foram unânimes. Dos cinco professores entrevistados, quatro disseram que sim, e uma disse que não, mas que estão no processo para atingir essa abordagem. Vale ressaltar que nesse ponto, embora quatro professores respondessem sim a pergunta, dois justificaram o fato de não terem obtido a plenitude, sendo pela grande rotatividade de profissionais, ou pela falta de conhecimento da proposta bilíngue aos novos professores.

A terceira pergunta feita aos professores os provocou a uma autoanálise: Consideram-se bilíngues? E a quarta referia-se a certificação que possuíam para comprovar sua proficiência: Todos responderam que se consideram bilíngues. Entretanto, dos três professores ouvintes entrevistados apenas um possuía certificação como proficiente em tradução e interpretação de Libras/Português – Prolibras. Os outros dois possuem certificado de participação em curso de capacitação ofertada pela Secretaria Estadual de Educação – PR, que ao final, sem uma prova formal, recebem sua certificação. No caso dos professores surdos, um foi aprovado no Prolibras e o outro apresentou “ser surdo” como suficiente para comprovar sua proficiência.

Quando questionados sobre como saem os alunos, se bilíngues ou não, as respostas foram bem variadas. Um professor acredita que ele sairá bilíngue da escola apenas se a família estiver integrada com a escola, nesse mesmo objetivo. Outro professor acredita que os alunos não saem bilíngues por “várias situações que impedem, dentro e fora da escola”. O terceiro professor considera como satisfatório o nível de língua portuguesa apreendida pelos egressos do colégio. Uma professora surda afirma que apenas 20% dos surdos são bilíngues, enquanto que a outra professora diz que a maioria dos alunos conclui o ensino médio fluentes em língua de sinais, mas que a dificuldade com a Língua Portuguesa permanece.

A sexta, e última pergunta feita aos professores foi: o que falta para a política do bilinguismo pedagógico de fato ser efetiva no Estado do Paraná? Todos concordam que falta compreensão do tema e capacitação aos professores. Os professores surdos concordam e disseram que a falta de políticas efetivas, e de conhecimento por parte do poder público, seja municipal ou estadual acabam atrapalhando o desenvolvimento da escola bilíngue. Apresentaram ainda, a falta de materiais pedagógicos no ensino da disciplina de Libras. Um material que contemple as necessidades e especificidades de cada série, possibilitando ao professor condições de ajudar seu aluno a se desenvolver em um menor tempo. No entanto, um aspecto de grande relevância foi apontado no comentário de uma professora: “Um olhar diferenciado tanto para com os alunos surdos quanto para os professores, pois em sua maioria, não são proficientes em Libras.” Ora, se o campo de estudo é uma escola bilíngue, como é possível aceitar a ideia de que a maioria desses docentes não é proficiente no idioma que se propuseram a utilizar como meio de ensino? Esse problema não é novo. Goldfeld (1997) descreve o que de fato acontecia naquele momento no Brasil enquanto política educacional:

“Em relação à educação pública, é muito raro encontrarmos escolas que utilizem a língua de sinais em sala de aula. O que ocorre em muitos casos é que os alunos conversam entre si pela língua de sinais, mas as aulas são ministradas em português, por professores ouvintes que não dominam a Libras, o que praticamente impossibilita a compreensão por parte dos alunos.” (p.45,46).

De fato, os comentários feitos por Goldfeld a aproximadamente 15 anos mostram-se tão aplicáveis quanto reais. Quando consultada sobre o número de escolas bilíngues no estado do Paraná, uma das representantes do DEEIN/SEED-PR, disse que não havia escolas bilíngues, e sim escolas com propostas bilíngues.

Analisando o projeto político pedagógico deste Colégio Estadual, observa-se falta de sincronia do que se oferta, e do que se espera com a metodologia da escola. Lê-se no PPP de 2012, página 71:

O Colégio Estadual (...) buscando assim as adequações necessárias considerando o contexto escolar da nossa instituição, ou seja, o desenvolvimento de uma *proposta bilíngue de ensino*, sendo a L1 – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e L2 – Língua Portuguesa (LP), na modalidade escrita que atende às reais necessidades dos nossos alunos. (O grifo é nosso)

Observamos como é feita a citação um pouco mais a frente no mesmo documento, agora na página 85 no subtópico – metodologia, aponta:

A educação bilíngue para surdos impõe aos educadores um novo olhar não apenas sobre a situação linguística, mas, sobretudo, em relação às questões ideológicas envolvidas nessa prática.(O Grifo é nosso).

No mesmo documento isso é percebido em vários momentos, hora é denominada proposta, hora uma metodologia já existente. Apenas lembrando Cappovila (2005), bilinguismo, no caso dos surdos brasileiros, é a instrução por meio da Libras, como L1 e da Língua Portuguesa como L2, na modalidade escrita. Ao citar o sistema de avaliação em geografia, o bilinguismo, enquanto proposta pedagógica, é deixado de lado e equivocadamente substituído por uma visão clínica, lê-se:

Por ser uma escola de educação bilíngue, sendo a Língua Portuguesa a segunda língua e a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais - a primeira língua, a língua de instrução será a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Dessa forma, o processo ensino-aprendizagem, considerará as especificidades do aluno surdo, *observando o grau de surdez (leve, moderada, profunda)*, a subjetividade (história de vida, conflitos, comunicação) e a cultura surda. (O Grifo é nosso)

Ora, se o bilinguismo pressupõe o aprendizado da língua portuguesa na modalidade escrita como L2 a percepção sensorial auditiva nada tem que ver com a capacidade de apreensão do conteúdo e, portanto não é quesito avaliativo.

Percebe-se, portanto, que o fato de não existir uma continuidade de trabalho e manutenção dos profissionais nas escolas de “proposta” bilíngue, tem contribuído efetivamente para não atingir o bilinguismo pedagógico efetivo. A começar pelos professores e envolver todos os alunos na compreensão da proposta. Nos comentários apresentados pelos docentes voluntários nessa pesquisa percebemos homogeneidade em apontar as falhas e as dificuldades do sistema atual.

Ao falar deste modelo educacional, PERLIN e STROBEL,(1999) revela o sentimento do povo surdo no que tange à valorização de sua língua. Disseram:

“os povos surdos aspiram pela valorização de língua de sinais como a primeira língua e tendo suas opiniões respeitadas, pois os sujeitos ouvintes continuam sempre decidindo por sujeitos surdos, disputando em relação de poder acima dos líderes surdos em diversas áreas, onde eles são importantes participar e acima de tudo querem a ‘dignidade’ de Ser Surdo!” (Fundamentos Educação de Surdos p.18)

Na citação, é fácil perceber relação de poder de aceitar passivamente o ouvintismo⁵. De quem domina, ou de quem tem ou acredita ter condições de definir uma melhor posição sobre o tema. Não raro, quando um grupo minoritário sente a necessidade de impor suas ideias ou ideais, acabam caindo nos mesmos erros cometidos pelo grupo majoritário. Pecando no excesso. Tentam a todo custo estereotipar a classe diferente, seja a majoritária, seja a minoritária, uma relação com a outra. Criando rivalidade, e formando os novos membros desses grupos com uma visão míope e retrógrada sobre o processo de construção sociocultural.

Ao entrevistar três alunos da 3ª série do ensino médio sobre o que significava o bilinguismo, obteve-se resultados surpreendentes. Apenas um soube definir de forma sucinta a proposta bilíngue. Uma aluna confundiu os conceitos de bilinguismo com o de bimodalismo⁶ e o outro disse simplesmente não saber o que dizer.

No caso da entrevista com alunos da 1ª série do ensino médio, o resultado obtido foi que apenas um aluno respondeu a pergunta, embora exatamente como o aluno da 3ª série, de forma resumida. Enquanto que dois associaram bilinguismo ao movimento de luta que se espalha pelas redes sociais. A luta por uma escola bilíngue. No entanto não souberam explicar como seria essa escola.

O que torna a proposta bilíngue para surdos um desafio tem relação direta dos processos que nela estão envolvidos. Quadros (2005), explicita essas especificidades, que são:

Vários aspectos devem ser considerados no caso específico dos surdos:

(...)

4) A língua portuguesa representa uma ameaça para os surdos;

5) A idealização institucional do *status* bilíngüe para os surdos: as políticas públicas determinam que os surdos “devem” aprender português;

6) Os surdos querem aprender na língua de sinais;

(...)

Destacam-se, nesse caso os itens apontados pela autora, os pontos de 4 a 6. Quando a autora coloca a língua portuguesa como representando uma ameaça aos surdos, ela relembra o momento histórico que tiveram sua língua como proibida, justamente por uma maioria usuária de outra língua, porém, majoritária e consequentemente de *status* político e social.

⁵ O ouvintismo – as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos – e o oralismo – a forma institucionalizada do ouvintismo – continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos em diferentes partes do mundo. Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte, percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais. (MARTINS, F.C; KLEIN, M. apud SKLIAR, 1998, p. 15)

⁶ O bimodalismo ou português sinalizado, é o uso simultâneo de fala e de sinais, como se sabe. Entretanto, é concebido erroneamente por muitos educadores como o uso de fala e de língua de sinais. (BOTELHO, P. 1999, p. 03)

No ítem 5 o aprendizado da língua portuguesa é imposta. é um comportamento humano não lidar bem com imposições. Fazendo com que os surdos questionem o porquê de terem que aprender o português e os ouvintes não serem usuários de libras.

Já no ítem 6, a autora mostra que “os surdos querem aprender na língua de sinais”, isso significa ela sendo usada como língua de instrução em todas as áreas do conhecimento. Nesse ponto a maior dificuldade é encontrar professores qualificados para ministrar sua aula em libras. A autora continua e diz que vai além de questões linguísticas:

Situa-se, sim, no campo político. Os surdos estão se afirmando enquanto grupo social com base nas relações de diferença. Enquanto diferentes daqueles que se consideram iguais, ou seja, os ouvintes, os surdos buscam estratégias de resistência e de autoafirmação. (Quadros,2005 p.05)

A grande dificuldade atualmente de se ver efetiva a implantação das escolas bilíngues públicas, esbarra primeiramente na política do funcionalismo público. O professor especialista em educação especial pode concorrer a uma vaga em uma escola de surdos no estado do Paraná, e caso não haja professores com proficiência no uso da língua de sinais, ele será aceito como professor regente nessa mesma escola que é de proposta bilíngue. Daí, esse professor, não proficiente no uso da língua de sinais, está diante de uma turma de alunos surdos. O que ele fará? Não raro, passará o conteúdo no quadro e depois perguntará aos alunos, palavra por palavra qual o sinal daquilo. E ao invés de receberem o conhecimento cientificamente sistematizado, invertem-se os papéis, e alguns alunos passam o novo vocabulário àquele professor, e que depois vai para a próxima turma repetir o mesmo comportamento. Segundo Bakhtin (2006, p. 132, 133):

“é impossível designar a significação de uma palavra isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, um “exemplo”. Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido”.

Evidentemente, esse método de aprender uma língua é prejudicial a todos, inclusive para o professor que recebe um vocabulário descontextualizado e usará esse vocabulário em situações inoportunas, equivocadas ou desconexas. Nessas ocasiões a escola de bilíngue passa a ser “sem língua”, já que a barreira linguística prevalece entre docentes e discentes. O conhecimento não circula.

Embora não seja o ideal, como medida paliativa, escolas com propostas bilíngues, que possuem em seu quadro funcional professores temporários contratados em regime de PSS – processo de seleção simplificado ou professores do QPM- quadro próprio do magistério não proficiente, deveriam ter em suas aulas o acompanhamento de profissionais Tils – Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais para auxiliá-los na mediação do conhecimento, e que este busque meios de desenvolver o idioma até não mais ser necessário a presença do Tils em sala de aula nesses ambientes bilíngues.

Outro problema, é que dada a grande demanda por profissionais bilíngues, o governo tem promovido cursos rápidos gerando certificados que formam de forma aligeirada, após oitenta horas, profissionais qualificados a desempenhar a função de tradutores intérpretes. É impossível que haja compreensão de aspectos linguísticos em tão pouco tempo. Mas se a moda é formar em massa, não seria diferente nessa área também. Formar sem formar para informar. Cabe uma reflexão nesse aspecto.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bilinguismo para surdos vai muito além da língua. Envolve todas as questões culturais, sociais, políticas e por fim linguísticas.

Pensar no bilinguismo para surdos começa num novo olhar: em que não há língua superior, e sim, as línguas como instrumentos a serem utilizados em contextos diferenciados. Um instrumento que repensado e bem articulado pode trazer benefícios ao povo surdo.

Considerando que atualmente há um grande número de surdos politizados, conhecedores, e fazedores dos diversos conhecimentos, é preciso possibilitar que esses natos sujeitos viso-espaciais contribuam no pensar de uma educação bilíngue para os jovens e crianças surdas construindo a efetiva educação bilíngue. Paralelo a isso, é preciso que professores que se dispõem a trabalhar em uma escola, “por hora de proposta” bilíngue, sejam no mínimo fluentes em Libras. E que se isso, por alguma questão política, ou administrativa não for possível nesse instante, que se adote como medida paliativa a presença do profissional tradutor intérprete de língua de sinais, estipulando um prazo, para que todos esses profissionais busquem qualificar-se não satisfazendo apenas o interesse de reger aula para surdos porque ali a sala de aula está com um número reduzido de alunos, encontrando para si uma situação de trabalho mais confortável.

4. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12.ed São Paulo: Hucitec, 2006.

BOTELHO, P. Educação inclusiva para surdos: desmistificando pressupostos. In: I Seminário de Educação Inclusiva. PUC, Minas Gerais, 1999. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/educsurdos.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura em Letras/ Língua Brasileira de Sinais. **Fundamentos na educação de surdos**. Florianópolis, 2008, 46p.

Brito, L.F. Integração social do surdo. In: Trabalhos em Lingüística Aplicada, nº 7, p.13-22, 1986.

COLÉGIO ESTADUAL DO INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Projeto Político Pedagógico**. Londrina, 2012.

Goldfeld, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. p.45,46, 1997 2º ed. Editora Plexus. São Paulo. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/4559884/Fundamentos-da-Educacao-dos-Surdos> consultado em 26/06/2013 as 9h:12m.

MARTINS, F.C; KLEIN, M. Estudos da contemporaneidade: sobre ouvintismo / audismo In: Anped - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul da Universidade de Caxias do Sul, 9.,2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul, UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2951/676>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

QUADROS, R. M. de. O bi do bilinguismo na educação de surdos In: **Surdez e bilingüismo**. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

VALENTE, F. **Pesquisa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <andersonrafael@seed.pr.gov.br > em 11 jun. 2012

Anais Eletrônico

VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar
UNICESUMAR – Centro Universitário Cesumar
Editora CESUMAR
Maringá – Paraná – Brasil